

# Anti-haitianismo: uma tradição de identidade haitiana?\*

## *Anti-haitianism: a haitian identity tradition?*

Alex Donizete Vasconcelos<sup>1</sup>

### Resumo

Buscaremos apresentar, neste breve trabalho, algumas considerações acerca da discursividade anti-haitiana, que, produzida e disseminada em longa duração, constitui a base sobre a qual está assentada certa tradição de identidade haitiana. Trata-se de narrativa acerca do desenvolvimento e do estabelecimento desses discursos, cujas origens – na perspectiva apresentada – remontam ao período colonial, nas relações que se estabelecem entre colonizadores e colonizados, e se desenvolvem de maneira singular a partir do trauma da Revolução, que passa a figurar, por um lado, como o marco fundante do povo haitiano, e, por outro, de sua denegação. Procuraremos demonstrar como a recorrência de determinados traços dessa discursividade, mapeadas ao longo do texto, nos permite esboçar os contornos de uma tradição, na qual as identidades haitianas emergem, no mais das vezes, sob um viés negativo, depreciativo, e, por vezes, bárbaro.

**Palavras-chave:** Haiti. Anti-haitianismo. Identidade. Representação. Discurso.

### Abstract

We will seek to present in this brief paper, some considerations about anti-Haitian discourse, who produced and disseminated in the long term, is the foundation on which sits a certain tradition of Haitian identity. It is a narrative about the development and the establishment of these discourses, whose origins - in the presented perspective - date back to the colonial period, from the relations established between colonizers and colonized, and develop in an unique way from the Revolution trauma, which features on the one hand, as the foundational framework of the Haitian people, and on the other, its denegation. We will seek to demonstrate how the recurrence of certain remains of this discourse, mapped throughout the text, allows us to sketch the outline of a tradition in which the Haitian identities emerge, in most cases, under a negative bias, derogatory, and sometimes, barbarian.

**Keywords:** Haiti. Anti-haitianism. Identity. Respresentation. Discourse.

\* Recebido em: 15/09/2015.

Aprovado em: 19/10/2015.

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (PPGH/UFG). E-mail: advasconcelos@ig.com.br.

## 1 Introdução

“[...] o discurso é parte integrante de um jogo de lutas, de antagonismos próprios à vida dos sujeitos em sociedade, historicamente produzidos, e a resistência é também uma forma de poder nas lutas, e consiste uma prática discursiva.” (FERNANDES, 2009, p. 37-38)

A história do Haiti, de *Bois Caïman* onde em agosto de 1791 um grupo de escravos e ex-escravos haitianos se reuniu para dar início à Revolução que alteraria para sempre os rumos da então Colônia de *Saint-Domingue* – até seus últimos capítulos, materializados na intervenção da MINUSTAH<sup>2</sup>, que iniciada em 2004, ainda segue em curso, desenvolve-se de maneira excruciante. Os dramas e as tragédias sociais que se sucedem na parte ocidental de Espanhola – e, de certa forma, em grande parte do Caribe e da América Latina – desde a chegada do conquistador, até o presente, não se limitam ou decorrem tão somente da submissão, da exploração e do apagamento físico de um sem número de gentes que ali habitavam ou que, num segundo momento, foram para lá trasladadas. Estes são apenas os aspectos mais evidentes de uma luta menos ruidosa, mas não menos eficaz.

Há, para além da coerção física, violência simbólica, operada por meio de uma ação redutora e homogeneizadora, habilmente orquestrada pelo discurso dos conquistadores/colonizadores. Trata-se de algo muito próximo àquilo que Abdala Junior (2002, p. 50) designou como um “exercício de hegemonia”, que “[...] não se faz apenas com coerção, mas com a circulação de ideias, que têm atores determinados, que se situam em determinados territórios.” O discurso é, nesse sentido, segundo Fernandes (2012, p. 80) “[...] ferramenta de luta e objeto pelo qual se luta, do qual os sujeitos desejam apoderar.” É por meio do discurso, entendido como algo que extrapola a língua e a textualidade, que se constrói no imbricamento do social com o histórico; que as identidades são conformadas, que os indivíduos, interpelados pela ideologia, conforme Althusser (1985, p. 96), são “recrutados” ou “transformados” em “sujeitos”. Interessa-nos, assim, de-

terminado discurso; a história de um discurso, produzido e reproduzido acerca do Haiti e do povo haitiano. Logo, interessa-nos pensar uma identidade haitiana; a história de uma identidade haitiana; de uma *tradição de identidade haitiana*.

## 2 História, discurso e identidades

Os discursos produzidos a partir ou acerca da história haitiana, por aqueles com quem o povo haitiano, ou ainda seus antepassados, estiveram ligados, por motivos diversos – dentre os quais destacamos os colonizadores franceses ou espanhóis, religiosos, negociantes, homens do mar, pesquisadores e estudiosos europeus ou estadunidenses, dentre outros, que, em dado momento, foram descritos, certamente com alguma razão, como detratores do povo haitiano – são circunscritos – ou derivam dada tradição de identidade secular, cujas origens remontam ao fatídico contato entre o que determinada historiografia, eurocêntrica certamente, consagrou como o Velho e o Novo Mundo. Coutinho (2000, p. 21), lembra que “Desde o momento da chegada dos europeus ao continente latino-americano iniciou-se um choque de culturas até hoje ainda não resolvido.” Esse momento marca o limiar da história da conquista, da escrita conquistadora sobre o corpo do outro, conforme pontuou Certeau (2002, p. 9), constituindo-se como o primeiro capítulo de uma tradição que, segundo acreditamos, ainda perdura.

Uma das primeiras controvérsias envolvendo esses discursos tem lugar na polêmica estabelecida entre o Frei dominicano Bartolomé de Las Casas (1574-1556) e o espanhol Juan Ginés de Sepúlveda (1490-1573), em função da exploração /escravização dos nativos pelos conquistadores e colonizadores ibéricos. Da defesa procedida por Las Casas em favor dos nativos resultou a publicação da *Brevíssima Relação Sobre a Destruição das Índias*, em 1552. Os principais desdobramentos desse embate foram, em linhas muito gerais, a proibição, ainda que formal, pela Coroa espanhola, da escravização e do comércio do índio e a o acatamento da sugestão de Las Casas para que fossem trazidos escravos negros da África para substituir a mão de obra dos nativos americanos.

A introdução massiva dos negros africanos implicará profundas alterações sociopolíticas, econômicas e culturais no Novo Mundo. Bruit (1988, p. 151) afirma que Las Casas, apesar de seus louváveis intentos, deixou-nos uma inextirpável herança: “[...] a imagem de um povo

<sup>2</sup> Em sua resolução 1542 (2004), de 30 de abril de 2004, o Conselho de Segurança da ONU estabeleceu a Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) por um período inicial de seis meses, com a intenção de prorrogá-la, e pediu que a autoridade da Força Multinacional Provisória (FMP), que atuava no país desde a deposição de Aristide, fosse passada a MINUSTAH, em 1º de junho de 2004.

com vocação para escravo, resignado a viver uma história que não lhe pertence, porque é a história do outro, abdicando de sua condição de sujeito, de sua ação e do seu pensamento.” O desenvolvimento e a propagação dessa imagem, sobretudo a partir de meados do século XVIII, repercutirá diretamente na ampliação do escopo daqueles discursos e nos eventos que levarão à formação do Estado Haitiano, pois o negro, ao ser inserido no sistema colonial, passa a ser alvo, também, de todas as agressões e anátemas que já pesavam sobre o nativo. Como afirmaram Stein & Stein (1987, p. 51) “A chegada do negro escravo [...] adicionou um novo fator étnico. Seu fenótipo e inferioridade, legalmente sancionados, ajustaram-no de imediato à sociedade [...]”.

O olhar do colonizador não pode, no mais das vezes, perceber e/ou tolerar as diferenças e, se as percebe, busca homogeneizá-las, o que faz, quase sempre, por meio daquilo que Godoy (2003, p. 101) chamou de “arma da cultura”, empregada na imposição de modelos dominantes que contribuem decisivamente para a descaracterização e o desmantelamento das culturas das sociedades colonizadas. Ao componente cultural, que figurava como central na dissimetria das relações existentes entre o colonizador – civilizado – e o colonizado – bárbaro/incivilizado –, é acrescentado o componente racial, que, dadas as condições sociopolíticas do período, dão ensejo ao desenvolvimento de determinadas práticas racistas e discriminatórias que conduzirão ao que Fanon (2008, p. 104-105) denominou como “esquema epidérmico racial”, em que, segundo Boll & Bonnici (2007, p. 91) a pele passa a ser “[...] o significante-chave da diferença cultural e racial do estereótipo, conhecido publicamente em uma gama de discursos culturais, políticos e históricos.”

Esses discursos – culturais, políticos e históricos – constituem a base desse discurso colonial, que, valendo-se do estereótipo como arma estratégica discursiva, segundo Bhabha (2003, p. 111) tem por objetivo “[...] apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista”. Assim, do século XVI ao XIX, o discurso colonial se estrutura, apoiado, ainda segundo Bhabha (2003, p. 111), no reconhecimento e no repúdio de diferenças raciais, culturais e históricas, criando um espaço para os “povos sujeitos”. É nesse espaço de lutas e conflitos que devem ser buscadas as origens daquilo que aqui apresentamos com uma tradição de identidade haitiana. No decorrer desse longo período, à medida que o colo-

nizador opera, via discurso, o assujeitamento ideológico desses “povos sujeitos” começam a surgir, no entanto, determinadas dissonâncias, que, em diferentes momentos, espaços e gradações, acabaram provocando fissuras no interior desse sistema de dominação.

Uma dessas fissuras, certamente uma das mais significativas, foi a Revolução Haitiana, que teve lugar na antiga colônia francesa de *Saint-Domingue*, no final do século XVIII. É a partir dessa Revolução, que se transforma no marco fundante da nação haitiana, que dada discursividade, *anti-haitiana* – tributária dos discursos coloniais, e, de certa forma, matriz para o delineamento dessa tradição de identidade haitiana – se desenvolve. Alicerçados sobre os estigmas degenerativos e inferiorizantes do discurso colonial, os discursos anti-haitianistas orientarão os discursos de identidade haitianos, dando ensejo ao desenvolvimento daquilo que denominamos neste artigo como uma tradição de identidade haitiana.

### 3 Da Revolução à tradição

Nossas inquietações acerca das origens dessa tradição de identidade haitiana nos conduziram, então, para um espaço temporal localizado aquém do marco fundante da nação haitiana. Constatamos que os discursos anti-haitianistas, apesar do aparente paradoxo, deitavam raízes na longa duração, nos discursos engendrados pelos conquistadores/colonizadores que, inicialmente, foram dirigidos aos povos que habitavam o continente e, num momento subsequente – ou até concomitantemente – negros trasladados da África para atender as demandas da colonização. Evidencia-se, assim, o interdiscurso, que constitui, segundo Maingueneau (2008, p. 20-21), “[...] um espaço de trocas entre vários discursos convenientemente escolhidos.” Ocorre que, no caso haitiano, em grande parte devido aos desdobramentos da Revolução fundante – que opera um trauma e, em certa medida, certa inversão, ainda que efêmera, da/na ordem colonial – esses discursos passam a desempenhar um papel determinante na tentativa de manutenção do *status quo* colonial por parte da metrópole, que busca, segundo Godoy (2003, p. 105), “[...] viabilizar um projeto de manutenção do domínio ideológico [...]”.

Nesse sentido a Revolução Haitiana constitui, segundo nossas hipóteses, não apenas um marco histórico e fundante do Estado haitiano, mas, também, o ponto de inflexão a partir do qual essa discursivida-

de – difusa – ganha contornos próprios, dando oportunidade ao desenvolvimento e o estabelecimento de um discurso anti-haitianista propriamente dito. Nesse sentido, conforme pontuou Scaramal (2006, p. 7) “Os argumentos anti-haitianistas disseminaram-se a partir da revolução dos escravos e da luta pela independência do país, representando a abjeção ao haitiano uma espécie de continuidade dessas proposições.” Essa discursividade toma forma e se estrutura, então, a partir da reação das metrópoles coloniais – França, Inglaterra, Espanha – à derrota que lhes fora infligida pelos negros de *Saint-Domingue*, oficializada em janeiro de 1804, quando Jean-Jacques Dessalines, um dos líderes da Revolução, proclamou oficialmente a independência daquela que seria a primeira república negra independente do mundo e, para todo o sempre, uma nódoa no sistema colonial praticado nas Américas e no Caribe. Segundo Gates Júnior (214, p. 239),

praticamente todo o mundo ocidental aliou-se para sufocar a nova república no berço. Mesmo quando não se entendiam entre si, a França, a Inglaterra e os Estados Unidos uniam forças contra o Haiti. Recusavam-se a reconhecê-lo como uma nação legítima. A simples lembrança do Haiti era uma ameaça grande demais [...] Esses países não podiam permitir que o exemplo do Haiti motivasse outros negros no Caribe, na América Latina e, principalmente, no sul dos Estados Unidos, a lutar para libertar-se da escravidão. Entretanto, é claro que o exemplo da revolução teve exatamente esse efeito.

Dessa forma o Haiti não seria aceito ou reconhecido como um país independente – a não ser tardiamente e, no caso da França, mediante o pagamento de uma vultuosa “indenização” – por nenhum dos países com quem mantivera relações durante o período colonial e, em especial, ao longo da Revolução; pelo contrário. Os excessos e os horrores cometidos de ambos os lados nas encarniçadas disputas entre metrópole e colônia levaram alguns grupos da colônia – tanto de brancos quanto de negros – ao estupor, (PATTEE, 2008, p. 58). Assim, esse estranhamento contribuiu para que determinadas construções discursivas e identitárias, gestadas no período anterior, fossem instrumentalizadas e ganhassem novo impulso. Esse conjunto de representações foi sendo introjetado no imaginário coletivo, por meio da utilização de um aparato discursivo amplo e diversificado e de certa gestão da memória. Conforme assinalou Hurbon (1993, p. 44), uma vez independentes, “[...] *muy pronto, cirularán a través de toda Europa rumores de canibalismo, de*

*salvajismo, de despotismo inherentes a una población de ‘raza negra’ cercenada del mundo ‘blanco’.*”

Desse modo a Revolução passa a figurar como um marco referencial para o desenvolvimento de um discurso anti-haitiano, que, normalizando, estabelece um recorte a partir do qual o outro surge como uma excrescência, tornando-se perigo e ameaça. Santana (2003, p. 59) afirma que foi “[...] justamente o feito de ser o primeiro país negro a conseguir sua independência no mundo que fez com que o Haiti passasse a figurar como o *lócus* da barbárie por excelência.”, ao que acrescenta, corroborando nossos apontamentos, que também a América, há tempos, figurava no centro de uma tradição que a configura como “[...] um continente de povos atrasados e degenerados, forjando toda uma série de estigmas no imaginário europeu e também americano.” (SANTANA, 2003, p. 59).

Desenvolve-se, então, corroborando Gates Júnior (2014), a partir da ameaça representada pelo levante dos negros haitianos, determinado *haitianismo*, que pode ser entendido – em linhas gerais como certo temor desenvolvido por parte das elites coloniais, sobretudo dos proprietários de escravos, de que o ocorrido em *Saint-Domingue* pudesse encorajar os escravos de outras localidades a se rebelar contra o sistema instituído. O anti-haitianismo – fruto, em grande parte desse temor, dos rancores e da aversão desenvolvidos contra o haitiano em função da derrota infligida por estes às principais metrópoles coloniais da época – vem à esteira do haitianismo, podendo ser caracterizado, também em linhas gerais, como um viés ideológico-discursivo detrator, estigmatizante, fundado sobre um conjunto de preconceitos históricos, culturais e raciais de origem colonial, que acaba ganhando força com o advento da Revolução, extrapolando os limites da ilha. Poderíamos dizer, dessa forma, que tanto o haitianismo quanto o anti-haitianismo constituem-se como desdobramentos da revolução, diferindo-se, principalmente, pelo fato de que, enquanto o haitianismo permanece ligado a ela, o anti-haitianismo avança, superando seus limites espaço-temporais, como teremos oportunidade de observar. Assim, segundo Santana (2003, p. 61),

o ensinamento do homem negro, o negro haitiano, passou a ser caracterizado como um exemplo prático da barbárie que os povos de origem africana podiam chegar. Desta forma, o antigo escravo haitiano se converteu em um espectro sedento de sangue de seu amo branco, um assassino, estuprador, canibal e posteriormente em bárbaro. O Haiti então passa a representar um exemplo tão perturbador quanto perigoso, por

ser a imagem de um foco de infecção revolucionária, portanto, deveria ser desviado o seu contato das demais regiões do Novo Mundo, sob pena de sofrerem a maldição pelo contágio.

As primeiras décadas pós-revolução, denominadas por alguns autores haitianos – Étienne (2009), Leyburn (2011) – como os anos de formação ou consolidação do Estado haitiano, foram marcadas pelo temor alimentado pelos haitianos de uma possível tentativa de recolonização por parte da metrópole francesa. Essa ameaça fez com que os primeiros governantes haitianos voltassem suas atenções para o desenvolvimento de estratégias que pudessem fazer frente ao possível invasor, o que levou ao despendimento de valiosos – e escassos – recursos. Dentre essas estratégias – que também contribuíram para o fortalecimento dos argumentos anti-haitianistas – destacam-se as sucessivas invasões haitianas à colônia espanhola de Santo Domingo, num primeiro momento, e à República Dominicana, após a independência da colônia espanhola.

Para além do antigo projeto louverturiano de tornar a pequena ilha *una et indivisible*, havia a preocupação, já demonstrada pelo primeiro governante do País, Jean-Jacques Dessalines, de que a fronteira com Santo Domingo/República Dominicana constituísse ponto frágil de suas defesas. Esse temor levou os haitianos a invadirem a parte oriental da ilha, ainda que de maneira efêmera, por oito vezes – 1801, 1805, 1822, 1844, 1845, 1849, 1855, 1856 ao longo das primeiras cinco décadas do século XIX. Essas invasões, em especial a mais longa delas, que perdurou de 1822-1844, realizada durante o governo de Jean-Pierre Boyer, contribuíram sobremaneira para que os discursos anti-haitianistas ganhassem ainda mais força e, também, para que a República Dominicana se destacasse como um *locus* de sua reprodução. Nesse sentido Gates Júnior (2014) afirma que os dominicanos desenvolveram uma forte aversão aos haitianos, rejeitando sua cultura, sua língua, suas ideias e até mesmo sua cor. Ser dominicano, segundo Gates Júnior (2014, p. 198), “[...] passou a significar, cada vez mais, ‘não ser haitiano’”.

Assim, o haitiano, antes renegado pelas elites coloniais – contra as quais se rebelara –, passa a desempenhar um destacado papel na conformação das identidades dominicanas, tornando-se seu contraponto, corroborando a assertiva de Torres-Saillant (2012, p. 16), de que “[...] *el antihaitianismo aparece como um componente definidor*

*de la dominicanidad.*” Desenvolve-se, assim, sobretudo a partir da apropriação dessas experiências por parte de determinados grupos conservadores dominicanos, representados em grande parte pelas elites políticas e intelectuais, aquilo que Moya Pons (2009) definiu como sendo o *antihaitianismo histórico* e o *antihaitianismo de Estado*. O primeiro, segundo Moya Pons (2009, n.p.), tem suas origens nas conflituosas relações entre franceses e espanhóis pelo controle da ilha ao longo do século XVIII, que se deterioraram, ainda mais, com a Revolução haitiana e com as invasões haitianas à República Dominicana, que, segundo o autor, marcaram a psicologia dos dominicanos, estando tanto na raiz do anti-haitianismo histórico quanto do de Estado. Este, por sinal, ainda de acordo com Moya Pons (2009) “[...] *se sienta en el soporte sociocultural del antihaitianismo histórico, y se sostiene y transmite a través del sistema educativo y a través de los medios de comunicación.*”

Mas os motes anti-haitianistas não se restringiram aos limites geográficos da pequena ilha, e, tanto menos, aos eventos/desdobramentos da Revolução. O que se segue à Revolução e que pode ser observado ao longo de todo o século XIX, como pontuado por Gates Júnior (2014), é o rechaço e o desprezo por parte de alguns países para com o Haiti, o que acaba resultando, na prática, em um embargo econômico e em um ostracismo político, que, somados à falta de organicidade e à polarização sociopolítica interna, acabam contribuindo para que o país mergulhe em um quadro de instabilidade política e econômica que ainda perdura. Na segunda metade do século XIX, em especial em seu último quartel, as insuperáveis dissensões internas acabam levando a uma sucessão de conflitos que tomam conta do país. É nesse período, também, que os discursos anti-haitianistas ganham ainda mais projeção, em função – em certa medida – do avanço de dada corrente literária<sup>3</sup>, de onde se destaca aquela que foi considerada a obra mais negativa já escrita sobre o país: *Hayti or the Black Republic*

<sup>3</sup> Dentro dessa corrente poderíamos citar, dentre outras: *The presente State of Haiti* (1826), de James Franklin; *Sketches of Hayiti* (1827), de W. Harvey; *De l'inégalité des races humaines* (1853-1855 e 1884), de Gobineau; *L'empereur Soulouque et son empire* (1856), de Gustave d'Alaux; *Sous les Tropiques* (1864), de Paul Dhormoys; *Le Pays des Nègres. Voyage à Haïti* (1881), de Edgard La Selve; *Le Préjugé de race* (1883), de Souquet-Basiège; e *Hayti or the Black Republic* (1884), de St. John Spencer. (HURBON, 1993, p. 44-71)



(1884), de St. John Spencer<sup>4</sup>. Com *Hayti or the Black Republic* os discursos anti-haitianistas atingem seu paroxismo, ganhando novos contornos. St. John estabelece, segundo Pattee (2008, p. 146-147), uma tradição de literária grotesca ou escandalosa sobre o Haiti. Pattee (2008, p. 146-147) afirma ainda que

[...] desde mediados del siglo pasado, la literatura grotesca ha conocido tal auge, que durante algún tiempo, especialmente en los Estados Unidos, estava de moda publicar libro tras libro del tema haitiano, cada uno más fantástico en sus tergiversaciones que el anterior [...] Haití se ha presentado como una especie de cámara de horrores, donde el ambiente esta impregnado de misteriosas fuerzas y los destinos de la masa de la gente presididos por creencias atávicas que repugnan al siglo XX.

Ocupado em descrever as maneiras e os costumes daquilo que denomina como *popular and untravelled classes*, ou seja, das massas, St. John redige um compêndio da denegação e da detração ao haitiano. Nas páginas de *Hayti or the Black Republic*, o haitiano insurge como um selvagem, supersticioso, libidinoso, indolente, incapaz, bárbaro e canibal. O livro de St. John torna-se, assim, breviário dos discursos e estigmas apresentados de maneira esparsa nas obras que o antecederam. Segundo Hurbon (1993, p. 71), “[...] *es con la aparición de la obra de Spencer St John [...] quando se forjará en Europa la reputacion de Haiti, ‘país de bárbaros’*”. A obra de St. John constitui um eco das ideologias racistas que pululavam nos meios científicos/acadêmicos, literários e jornalísticos tanto da Europa quanto dos Estados Unidos naquele final de século, ao mesmo tempo que passa a ser uma referência aos detratores que lhe sucederão. Apesar de adotar abordagem ampla e diversificada, que abarca aspectos da vida social, política, econômica e cultural, Spenser (1889) devota grande parte de seu esforço no sentido de tentar demonstrar a inferioridade e a incapacidade do haitiano para o autogoverno. Segundo Spenser (1884, p. 134-135),

I thought of the capacity of the negro to hold an independent position. As long as he is influenced by contact with the white man, as in the southern portion of the United States, he gets on very well. But place him free from all such influence, as in Hayti, and he shows no signs of

improvement; on the contrary, he is gradually retrograding to the African tribal customs [...] I now agree with those who deny that the negro could ever originate a civilisation (sic.), and that with the best of educations he remains an inferior type of man. He has as yet show himself totally unfitted for self-government, and incapable as a people to make any progress whatever. [...] It is pitiable to read their history, and see how they are almost ever swayed by the meanest impulses of personal interest and ambition, and how seldom they act from patriotic motives.

Na esteira de St. John – ou da tradição por ele inaugurada, de acordo com Pattee (2008) – surge considerável número de autores/obras<sup>5</sup> que, influenciados em maior ou menor medida pela obra espenseriana, contribuem, sobremaneira, para robustecer os discursos anti-haitianistas, reforçando estigmas, àquela altura seculares, que pesavam – e, segundo acreditamos, ainda pesam – sobre o povo haitiano. Segundo Hurbon (1993, p. 72), “*Desde la aparición de la devastadora obra de Spencer [...] hasta cerca de la década de 1940, no parece que haya habido una tregua o un periodo de calma en las campañas dirigidas en el extranjero contra Haití.*” (Grifo nosso). No período apontado por Hurbon (1993), compreendido entre a última década do século XIX e as primeiras quatro décadas do século XX, haverá, no entanto, inflexão no direcionamento dado a essa discursividade. Pela primeira vez desde a independência, em 1804, os discursos anti-haitianistas serão empregados como parte de uma estratégia de Estado para justificar uma intervenção militar no país.

Instaura-se, então, o que o sociólogo haitiano Gerard Pierre-Charles (1990, p. 183) denominou de “pretexto do caos”. A conturbada deposição do presidente Guillaume Sam, que acabou resultando no seu assassinato, em 28 de julho de 1915,<sup>6</sup> representou o pretexto para a ocupação do Haiti pelos *marines* estadunidenses. Corroborando essa perspectiva, Johnson (1920, p. 7) afirmou que “The overthrow of Guillaume and its attending

<sup>4</sup> St. John Spenser Buckingham (1825-1910) foi Ministro Residente e Cônsul Geral da Grã-Bretanha no Haiti, no período de 1863 a 1874, período no qual, segundo ele, realizou as observações, registros e a coleta de dados/depoimentos utilizados na elaboração desta, que foi sua obra mais conhecida.

<sup>5</sup> Dentre outras: *When Black rules White. A journey across and about Hayti* (1910), de H. Hesketh Pichard; *Le Roi blanc de la Gonâve - Le culte du vaudou en Haïti 1915-1929* (1932), de Faustin Wirkus; *The Magic Island* (1929), de W. B. Seabrook; *Cannibal Cousins* (1932) e *Black Bagdad* (1933), de John H. Graige. (HURBON, 1993, p. 72-75)

<sup>6</sup> As massas de Porto Príncipe, tomadas por grande comoção em função do assassinato de 173 políticos encarcerados, por ordem do chefe da prisão, o General Charles Oscar Étienne, invade a embaixada da França em Porto Príncipe onde Guillaume Sam buscou abrigo –, em 28 de julho de 1915, mata e esquarteja o então presidente Vilbrun Guillaume Sam, arrastando partes do seu corpo pelas ruas da cidade.

consequences did not constitute the cause of American intervention in Haiti, but merely furnished the awaited opportunity.” (JOHNSON, 1920, p. 7). Esse discurso releva a ideia – ainda corrente, mesmo que carente de sustentação – de que o haitiano, não bastasse ser incapaz de se autogovernar, constituía (e), também, um perigo e uma ameaça para a paz e a estabilidade da região. Segundo Hurbon (1993, p. 86), “*Para los norteamericanos que se encuentran con esta ideología ‘prefabricada’ [...] Haití, hundido en la noche del salvajismo, só se pondrá sobre el camino de la civilización solamente merced a una ocupación o recolonización*”.

A intervenção estadunidense do Haiti de 1915 a 1934 desenvolve-se, então, por um lado, como parte da política estratégica dos Estados Unidos, norteadada pela doutrina Monroe<sup>7</sup> e no corolário Roosevelt<sup>8</sup>, que buscava defender seus interesses políticos e econômicos do país na região caribenha e latino-americana<sup>9</sup> – ao mesmo tempo que contribuía para a “[...] *construcción de la identidad estadounidense como sociedad civilizada, hegemónica, expansionista y liberal*.” (SANTOS, 2012, p. 4) – e, por outro, como uma consequência da fragilidade sociopolítica e econômica do Estado haitiano, que acabava reforçando, ainda mais, os motes anti-haitianistas que recaíam sobre o país.

Corroborando essa perspectiva, Scaramal (2006, p. 62) afirma que “o episódio da primeira invasão dos Estados Unidos no Haiti (1915-1934) favoreceu a construção

e a divulgação de elementos que contribuíram para tecer a imagem do país como um *locus* da barbárie.” Logo, a intervenção passa a figurar nos discursos anti-haitianistas como uma espécie de atestado da incapacidade do povo haitiano – e, por conseguinte, do negro – para o autogoverno ou para os padrões ocidentais de civilização. Castor (1971, p. 11) afirma que *Esa situación daba lugar en extranjero a interpretaciones malintencionadas. [que] Invocaban a menudo el caso de Haití para apoyar su tesis acerca de la pretendida incapacidad de la raza negra para gobernarse*.

Os marines estadunidenses deixam o Haiti em 1934, em meio a uma onda de greves e protestos que, iniciados nos últimos anos da década de 1920, contava com a participação de amplos setores da sociedade e buscavam retomar a direção dos destinos do país. É possível observar também, nesse período, em meio a essa efervescência política e social, o despertar de um grupo de intelectuais haitianos – cujo maior expoente foi Jean-Price Mars – que, engajados na luta contra o invasor, liderando ou tomando parte nos movimentos de protesto<sup>10</sup> que eclodiam pelo país, procuram repensar as identidades haitianas por meio de uma revisão histórica e cultural, orientada no sentido de valorizar e exaltar as raízes sociais e culturais africanas, sob as quais recaíam grande parte das críticas anti-haitianistas.

Concomitantemente tinha lugar, no outro lado da ilha, na República Dominicana – que também estivera sob intervenção estadunidense no período de 1916 a 1924 – , sob o governo do ditador Rafael Leonidas Trujillo, que esteve à frente do poder no período de 1930 a 1960, um movimento análogo, mas com uma orientação diversa. Ocorre que a intelectualidade dominicana, não por acaso, na contramão dos intelectuais haitianos, longe de tentar resgatar suas raízes africanas, buscava minimizar tais influências, procurando repensar suas identidades a partir de uma perspectiva que os colocava como legatários da cultura hispânica no Caribe. De acordo com Derbys & Turits (1993, p. 70-71)

<sup>7</sup> Doutrina anunciada pelo presidente estadunidense James Monroe, ao Congresso dos Estados Unidos em 2 de dezembro de 1823. Baseada no pensamento do Destino Manifesto, segundo o qual o povo dos Estados Unidos seriam “eleitos” de Deus para civilizar a América, a Doutrina Monroe significou, na prática, uma política levada a cabo pelo governo dos Estados Unidos contra a intervenção colonialista/imperialista europeia nas Américas, cuja ideia força materializava-se no slogan: A América para os americanos.

<sup>8</sup> O corolário Roosevelt, expresso na mensagem anual do presidente ao Congresso dos Estados Unidos em seis de dezembro de 1904, constitui uma espécie de adendo à Doutrina Monroe e proclamava a possibilidade real de intervenção de uma nação civilizada dos Estados Unidos, no caso do hemisfério ocidental –, com poder de “polícia internacional”, naquelas nações que padecessem de “injustiça crônica ou de impotência que resultasse de um relaxamento geral da regras”.

<sup>9</sup> Na primeira década do século XX o Haiti passa a ser zona de influência – de mercado de bens e serviços – disputada por países como a França, que àquela altura perdia espaço tanto no âmbito cultural quanto no econômico, Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha.

<sup>10</sup> Nicholls (2004, p. 254), faz referência ao nacionalismo, ao negrismo e ao socialismo. “O primeiro era dirigido contra a ocupação militar do Haiti pelos Estados Unidos e contra o imperialismo cultural francês; [...] O segundo voltava-se contra a dominação dos mulatos sobre a vida econômica, social e política do Haiti e contra a aceitação de uma cultura e de uma estética europeias; [...] O movimento socialista atacava o controle da economia haitiana por capitalistas locais ou estrangeiros.”

La historia dominicana fue reconcebida por el régimen trujillista como la lucha del pueblo dominicano por mantener su autonomía cultural y política contra Haití. Segundo esta reconstrucción de la historia, Haití es presentado como un agresor imperialista y sangrento cuya obsesión es destruir a sus vecinos hispanos amantes de la paz, y como un veneno inminente que poco a poco se va filtrando por los poros de la frontera y así va contaminando a la nación dominicana.

É nesse período, marcado pela ampliação e pelo fortalecimento dessas dicotomias, ancoradas numa conturbada historicidade, que os discursos anti-haitianistas se exasperam na República Dominicana, institucionalizando-se, tornando-se parte de uma política de Estado. Trujillo, o ditador dominicano, põe em prática uma política nacionalista que, diferente de outros momentos, não se restringe apenas a negação discursiva do haitiano, vai além. A porosidade da fronteira haitiano-dominicana decorrente, em alguma medida, da imprecisão dos limites até então estabelecidos e das trocas socioculturais que ali se realizavam, acaba permitindo o trânsito, em ambos os sentidos, de grandes contingentes de migrantes. Cabe ressaltar que havia um fluxo maior de haitianos em direção à República Dominicana em função, em grande parte, do emprego dos *braceros* ou *bateys*<sup>11</sup> na indústria açucareira dominicana, expediente que, ainda que constituindo um aparente paradoxo, foi empregado tanto por Trujillo quanto por seus herdeiros políticos, dentre os quais Balaguer.

Muito embora sua pretensão modernizadora, Trujillo apega-se a um racismo e um xenofobismo retrogrado, especialmente no que tange às relações haitiano-dominicanas. Desenvolve-se, assim, uma política ideológica na qual o haitiano surge como principal inimigo e a principal ameaça à *dominicanidade*. Trujillo conduz o anti-haitianismo para o centro do palco, contando, para isso, com o apoio de um distinto conjunto de intelectuais dominicanos, dentre os quais se destacam Joaquín Balaguer e Manuel Arturo Peña Batlle. Será com Trujillo, ladeado por Balaguer e Peña Batlle que a assertiva de Gates Júnior (2014, p. 198), de que ser dominicano passa a significar, em dado momento, não ser ou não parecer haitiano, ganhará contornos bastante precisos, pois, de acordo com Yri (2008, p. 39), Trujillo cumpre um papel determinante na fomentação e no desenvolvimento dos

sentimentos anti-haitianistas e na institucionalização das ideias de superioridade do dominicano frente ao haitiano na República Dominicana. Mas Trujillo entrará para a história do anti-haitianismo não apenas em função de seus discursos.

O ponto alto das investidas trujillistas contra os haitianos, que passa a ser tomado também um dos símbolos maiores do anti-haitianismo, tem lugar em 1937, naquele que ficou conhecido como *El masacre de Perejil*<sup>12</sup>, foi executado pelas forças militares dominicanas contra os milhares de haitianos que viviam e/ou trabalhavam na região fronteira haitiano-dominicana, a mando de Trujillo – certamente sob influência de seus mentores intelectuais –, como parte da política de dominicanização da fronteira, colocada em prática para, em tese, conter a “invasão pacífica” ou “silenciosa” (BALAGUER, 1933, p. 31) do país por haitianos. *Perejil* figura, assim, como uma espécie de solução final ensaiada por Trujillo, que, em função de sua amplitude, acaba repercutindo para além das fronteiras de Espanhola. Segundo Yri (2008, p. 43), “[...] *la masacre no fue solo un suceso histórico casi impensable, dadas su magnitud y crueldad [...] también tendría repercusiones ideológicas todavía más profundas.*”

Balaguer e Peña Batlle desempenham um papel central tanto no que tange à implementação dessa ideologia racista e xenofóbica – materializadas no massacre de 1937 quanto no que diz respeito à ampliação e à propagação dos discursos anti-haitianistas, logo, dessa “tradição” da identidade haitiana. Os ideais anti-haitianistas propugnados por esses intelectuais foram materializados em duas obras, que, como *Hayti or the Black Republic*, de Spenser, entraram para os anais da literatura anti-haitianista. Trata-se dos livros *La realidad dominicana: semblanza de un país y de un régimen* (1947), de Balaguer, que foi reeditado em 1983, com o título *La Isla al Revés*:

<sup>12</sup> Massacre da Salsa – um dos estratagemas utilizados pelos militares para tentar identificar os haitianos seria fazer com que pronunciassem, em espanhol, a palavra *perejil* (salsa em português). Os haitianos, em função da raiz francesa do *kreyól ayisyen*, não conseguiam pronunciar corretamente a palavra, sendo logo identificados. Durante o massacre, foram assassinados também um considerável número de dominicanos indocumentados de ascendência haitiana. Os únicos haitianos poupados foram aqueles que trabalhavam para multinacionais açucareiras estadunidenses, sediadas em território dominicano.

<sup>11</sup> Trabalhadores haitianos explorados pela indústria açucareira dominicana.



*Haití y el destino dominicano*<sup>13</sup>, e *Orígenes del Estado haitiano* (1954), de Peña Batlle, que constitui a primeira parte uma obra inacabada, interrompida pela morte prematura de Peña Batlle, em 1954<sup>14</sup>.

La Isla al Revés e Orígenes del Estado Haitiano constituem, assim, uma clara tentativa de construção de dada dominicanidade, operada a partir da desconstrução das identidades haitianas. Tal desconstrução é operada por meio da reprodução de determinados motes anti-haitianistas, destacadamente racistas, no caso de Balaguer, e políticos e culturais, no caso de Peña Batlle. Enquanto, para Peña Batlle, o Haiti surge como “[...] *una sociedad sin historia propiamente dicha, sin antecedentes tradicionales, sin punto de partida y sin raíces espirituales*”, Balaguer o apresenta um como um país povoado por negros de “*una raza inferior*”, “tarados por lacras físicas deprimentes” e praticantes “[...] *de el incesto y otras prácticas no menos bárbaras [com] tremendas deformaciones morales*.” (BALAGUER, 1993, p. 35-36, 49-82).

É possível notar, nessas proposições, a proximidade entre esses discursos e aqueles que, em outros momentos, buscavam caracterizar os nativos ou mesmo os revolucionários haitianos. Há, ao que parece, a manifestação de dada memória discursiva, que, segundo Fernandes (2012, p. 95), “[...] refere-se ao reaparecimento de discursos e/ou acontecimentos outros, de diferentes momentos históricos, [...] certa reaparição do passado em novas condições sócio-históricas”. Trata-se, acreditamos, da manifestação de determinadas permanências ou regularidades que, assentadas sobre os estigmas engendrados a partir das experiências coloniais e revolucionárias, formam parte essencial dessa tradição que buscamos desvelar.

As duas décadas que se seguem à retirada dos marines e aos trágicos acontecimentos de 1937 foram marcadas por sucessivas e malfadadas tentativas, realizadas pelas elites políticas haitianas, em ocupar o espaço deixado pelos administradores estadunidenses. Os governan-

tes que se sucedem no poder só o fazem contando com o beneplácito do governo dos Estados Unidos, devendo estar sempre alinhados com suas políticas regionais. Os descontentamentos, gerados, em grande parte, em decorrência dessa política subserviente, conduzem o país a mais uma crise, que culmina com a deposição de Paul Magloire, em 1956, abrindo um vazio de poder no país. É em meio a essa crise que o médico François Duvalier, o *Papa Doc*, começa a ganhar projeção. Valendo-se de sua grande desenvoltura e articulação política e social, e contando com o aval dos Estados Unidos, Papa Doc é eleito presidente em 1956, dando início, em 1957, a um dos períodos mais obscuros da história do país<sup>15</sup>.

Instala-se, então, uma ditadura atroz e sanguinária, cujas figuras emblemáticas são os *Tontons Macoutes*<sup>16</sup>, que, a serviço dos ditadores, implantam a “paz dos cemitérios”, silenciando, num curto espaço de tempo, grande parte das vozes de oposição ao sistema. Papa Doc, um representante da elite negra do país, aproxima-se das massas, tornando-se um ferrenho defensor do Vodou e da negritude, governando por meio de uma política populista e patrimonialista. Segundo Grondin (1985, p. 48) “Duvalier manipulou as massas e projetou-se como o presidente delas. Para manter-se no poder, Duvalier submeteu o país à hegemonia norte-americana no Caribe: fez do Haiti um satélite incondicional do país do Norte.”

A política dos Duvalier, caracterizada, em grande parte, pela violência e pelo terror, acaba contribuindo para que os discursos anti-haitianistas ganhem ainda mais força, uma vez que François e Jean-Claude Duvalier, nessa perspectiva, não surgem como casos pontuais, mas como a regra. Opera-se a generalização e a normalização, elege-se – arbitrariamente – uma identidade específica como o parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. O povo haitiano passa a ser representado, assim, na figura de seus algozes, como um povo bárbaro e despótico. O balanço do período foi, de acordo com Pierre-Charles (1991, p. 221), “[...] uma juventude perturbada, sacrificada e totalmente perverti-

<sup>13</sup> A reedição do livro *La realidad dominicana*, em 1983, sob o título de *La Isla al Revés: Haití y el destino dominicano*, constitui, diga-se de passagem, uma evidência, tanto da propagação dos motes anti-haitianistas, quanto da pertinência de nossa proposição acerca do estabelecimento e da perpetuação de determinada tradição de identidade haitiana.

<sup>14</sup> Uma pequena obra, com pouco mais de sessenta páginas, que constituía, na verdade, o primeiro capítulo daquilo que seria o livro *Historia de la formación del Estado Haitiano*, um projeto inacabado, tragicamente interrompido por sua morte.

<sup>15</sup> A ditadura dos Duvalier, que se estenderia de 1957 até 1986, seria conduzida inicialmente, até 1971, por *Papa Doc* e, daí por diante – após sua morte – por seu filho Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*.

<sup>16</sup> Conhecidos também como Voluntários da Segurança Nacional (VSN), os *Macoutes* constituíam milícias paramilitares criadas por François Duvalier em 1959 para silenciar as dissidências e garantir sua permanência no poder.

da, uma economia arruinada, a própria nação traumatizada, o homem haitiano profundamente alterado em seu ser por esta maquinaria do terror e da corrupção.”

À queda de Jean-Claude Duvalier, em 1986, provocada em grande parte como decorrência do esgotamento daquele modelo político, representado pela mobilização de amplos setores da sociedade haitiana, sobrevém outro vazio de poder que dura até o início da década de 1990, quando o ex-padre salesiano Jean-Bertrand Aristide é eleito para presidência, em meio a uma intensa agitação social. Aristide, detentor de uma oratória singular, surge como um representante das massas despossuídas do Haiti. Usa os púlpitos eclesiásticos para se levantar contra o duvalierismo, por um lado, e contra o ‘imperialismo’ estadunidense, por outro. *Tout mon se mon*<sup>17</sup>, dizia Aristide, sendo aclamado como “pai dos pobres”, pelas massas até então ignoradas. O discurso de Aristide o aproxima das massas, com quem mantém uma aparente comunhão. A tentativa frustrada de golpe perpetrada por Roger Lafontant, um duvalierista ligado aos *Tonton Macoutes* em 7 de fevereiro de 1991, constituíam uma mostra do que seria sua estada a frente do governo haitiano. Aristide não completaria um ano de mandato e sofreria novo golpe, dessa vez bem sucedido, encabeçado por Raoul Cedras, Comandante-em-Chefe das Forças Armadas do Haiti. A ascensão de Cedras ao poder faz com que o país mergulhe, uma vez mais, em uma grave crise política e humanitária, na qual, segundo estimativas, de três a cinco mil pessoas perderam suas vidas e outros tantos foram deportados ou expulsos do país, inaugurando o que Wooding (2010, p. 114) denominou “*la crise de los boat people*”.

O *boat people*, representado pela icônica figura do refugiado que, mediante as graves perturbações sociopolíticas e econômicas vividas em seu país, lança-se ao mar em embarcações improvisadas, rumando em direção aos países vizinhos, sobretudo para a costa da Flórida, nos Estados Unidos, reascende e reforça a abjeção e a repulsa com relação ao haitiano. As políticas de imigração dos Estados Unidos não reconhecem os haitianos como refugiados políticos, o que acaba fazendo com que haja deportações em massa durante os pri-

meiros anos da década de 1990. Mais uma vez o haitiano é tomado como um perigo e uma ameaça. Tem início, nesse período, o estabelecimento de uma série de missões da ONU/OEA<sup>18</sup>, que, afora seu viés humanitário, destinavam-se, em alguma medida, a contenção do haitianos em seu próprio território.

Aristide retorna ao poder em 1995, contando, para tanto, com o apoio dos Estados Unidos. Alguns de seus opositores e antigos aliados o acusam de ter se curvado aos desígnios das políticas estadunidenses, traindo os ideais que o haviam conduzido ao poder. Antes de deixar o poder, em 1996, Aristide, tentando implementar uma série de reformas políticas e econômicas, extingue as Forças Armadas do Haiti (FAD’H), criando, ainda que não soubesse, o principal fator de instabilidade de seu segundo mandato, iniciado no ano de 2001, após o governo de seu sucessor, seu antigo ministro René Garcia Préval. Seu segundo mandato, apesar da aclamação popular, seria breve e conturbado, não diferindo muito do primeiro. Aristide, que a todo tempo se valera de sua popularidade para ascender e para se manter no poder, renuncia – ou é deposto do poder – em 28 de fevereiro de 2004, diante da ameaça da invasão da capital, Porto Príncipe, por ex-militares das FAD’H, os mesmos que, em 1995, haviam sido destituídos de suas funções por Aristide.

A queda – ou a retirada – de Aristide do poder em 2004 representa mais um capítulo da conturbada história haitiana, ao mesmo tempo que parece corroborar um dos argumentos basilares dos discursos e da ideologia anti-haitianista. Num interregno de pouco mais de uma década, Aristide vai de esperança a desilusão do povo haitiano. O fracasso de Aristide surge, no interior dessa ideologia, como uma demonstração da pertinência de suas proposições, sobretudo daquelas que buscam representar o haitiano como incapaz de se autogovernar. O estabelecimento da MINUSTAH, em junho de 2004, figura, assim, aos moldes do que ocorrera em julho de 1915, como um atestado da incapacidade e/ou da inépcia

<sup>17</sup> Os discursos anti-haitianistas parecem exercer um poder tão grande, tanto sobre os haitianos quanto sobre aqueles com quem esses se ligam, que Aristide, ao reconhecer e a condição de cidadãos ao povo haitiano, torna-se, num breve espaço de tempo, um líder carismático para as massas haitianas e, uma ameaça às elites e aos interesses externos.

<sup>18</sup> Ao todo foram seis missões que precederam à última (MINUSTAH), ainda curso: a Missão Civil Internacional no Haiti (MICIVIH), OEA/ONU, em 1993; a Missão das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), da ONU, em 1993; a Missão de Apoio das Nações Unidas no Haiti (UNSMIH), da ONU, em 1996; a Missão das Nações Unidas de Transição no Haiti (UNTMIH), da ONU, em 1997; a Missão de Polícia Civil das Nações Unidas no Haiti (MIPONUH), da ONU, em 1997; a Missão de Apoio Internacional Civil no Haiti (MICAH), da OEA e o CARICOM, em 2000.

não só de Aristide, mas do povo haitiano, sobretudo das massas, por ele representadas, para figurar como protagonistas de sua própria história.

#### 4 Anti-haitianismos no contexto da MINUSTAH

Os discursos a partir dos quais as identidades haitianas são pensadas, no contexto da intervenção da MINUSTAH, são/foram produzidos a partir de uma multiplicidade de agentes, espaços e atores, que vão de discursos oficiais da ONU à publicações em periódicos/jornais, de agências internacionais, ou mesmo haitianas, de especialistas, de críticos e de cronistas. Tal *corpus*, dada sua diversidade, permite que se estabeleçam recortes, buscando pontos de convergências que caracterizam um discurso que vai da detração à vitimização do haitiano, subjetivando-o, uma vez que as teleobjetivas das câmeras buscam retratar apenas o espetáculo do caos e da miséria produzidos por séculos de jugo colonialista-imperialista, indiferença e ostracismo.

É justamente a partir da apropriação e do enviesamento ideológico dessa conturbada historicidade<sup>19</sup> que os discursos anti-haitianistas se estruturam e ganham espaço, sendo tomados, por vezes, como verdades pacíficas e incontestes. Nessa perspectiva fatalista, o ‘problema’ do Haiti passa a não ser outro, senão os próprios haitianos, conforme pontuou Bhabha (2003, p. 127) “A população colonizada é então tomada como a causa e o efeito do sistema [...]”

Como pudemos observar, o haitiano torna-se, a partir do marco representado pela revolução, objeto e vítima de um discurso que não silencia. O anti-haitianismo torna-se o meio pelo qual o haitiano passa a ser pensado

em suas relações com o outro, seja ele caribenho, o dominicano, o estadunidense, e/ou ainda, contemporaneamente, os membros dos contingentes civis e militares da MINUSTAH, oriundos de um total aproximado de mais de trinta e nove países, que se revezam semestralmente, em solo haitiano, há mais de dez anos. Podemos afirmar, enquanto partícipes de um desses contingentes militares da MINUSTAH<sup>20</sup>, que esses sujeitos, oriundos dos cinco continentes do globo, desempenharam/desempenham um papel relevante na reprodução e na disseminação dos discursos que animam esses anti-haitianismos ao compartilharem com os seus, muitas vezes de maneira sensacionalista e destituída de crítica, a situação atual do país.

Foi também no contexto dessa última intervenção – MINUSTAH – que ainda perdura, que “los medios de comunicación”, apontados anteriormente por Moya Pons, passaram a desempenhar um papel ainda mais relevante na reprodução e na disseminação desses ideais anti-haitianistas. A última crise haitiana – cujas origens podem ser buscadas no primeiro golpe militar sofrido por Jean-Bertrand Aristides em setembro de 1991, cujos desdobramentos irão culminar com a intervenção da MINUSTAH, iniciada em 2004 – tem lugar em um momento que os aparatos midiáticos, sobretudo aqueles disseminados a partir da rede mundial de computadores passam a orientar, de maneira permanente e decisiva, as opiniões e as percepções de uma parcela significativa da população mundial. O anti-haitianismo difunde-se. Longe de estar restrito aos limites fronteiriços da ilha de Espanhola e/ou aos países circunvizinhos, dissemina-se, como nunca. Sobre o destacado papel desempenhado pela mídia contemporânea na reprodução/disseminação desses motes discursivos, que privilegiam justamente o terror e o caos, Scaramal (2006, p. 56) alerta que

[...] a mídia internacional tende a ressaltar o terror e o horror no cotidiano do Haiti. [...] São justamente essas imagens caóticas e aterradoras que são propagadas por espectadores que visitam o Haiti. [...] Fortalece-se então a idéia de que a violência constante e o excesso de exposição diária a seus efeitos provocariam um estado de lassidão na população haitiana, que convive diariamente sob o domínio dessas imagens.

<sup>19</sup> Historicidade que remonta, como tivemos oportunidade de observar, às disputas entre franceses e espanhóis pela posse da ilha de Espanhola, que se intensificam a partir de meados do século XVII; passando pela icônica Revolução Haitiana (1791-1804), que resultou na denegação do povo haitiano em virtude da derrota infligida aos franceses, ingleses e espanhóis; pela ocupação imperialista estadunidense no período de 1915-1934, que, além de não trazer mudanças significativas para o povo haitiano, acabou reforçando determinados estímulos; pela longa ditadura dos Duvalier (François Duvalier, o *Papa Doc* e Jean-Claude Duvalier, o *Baby Doc*), que perdurou de 1957 até a fuga de Jean-Claude Duvalier do Haiti em 1986; e, por aquilo que denominamos de o “último capítulo da história haitiana”, que tem início com a ascensão do ex-padre salesiano Jean-Bertrand Aristide ao poder em 1991.

<sup>20</sup> Participamos do 16º Contingente de Força de Paz do Exército Brasileiro na MINUSTAH. Estivemos no Haiti, mais precisamente em Porto Príncipe, no período de abril a novembro de 2012 e tivemos oportunidade de constatar a apropriação/disseminação desses discursos por parte significativa dos componentes militares com os quais mantivemos contato.

Trata-se, assim, da apropriação e da reprodução de determinados discursos com o propósito de, por um lado, fortalecer determinados estereótipos que pesam sobre o Haiti e seu povo, e, por outro, isentar a comunidade internacional pelos sucessivos fracassos experimentados no Haiti. Nessa perspectiva, conforme pontuou Bhabha (2003), o problema do Haiti são os haitianos. É, portanto, pelo agenciamento desses discursos (textuais ou imagéticos) pela mídias – ou pelo colonizador –, que dada tradição de identidade sobressai e se mantém, pois, segundo SILVA (2009, p. 96), a identidade é um ato performativo, sempre em construção, ligada a estruturas discursivas, narrativas e a sistemas de representação, que mantém estreitas conexões com relações de poder.

Existe no Haiti, como diria Joinet (2005, p. 19), especialista independente contratado pela ONU, o que se convencionou chamar de “cultura/síndrome do rumor”. Há, ao que parece, uma considerável distância entre o universo factual, das práticas cotidianas, e aquele construído por meio dos diferentes discursos, sobretudo os midiáticos. Heleno<sup>21</sup> (PEREIRA, 2005, p. 14), primeiro comandante dos componentes militares da MINUSTAH no Haiti, corrobora essa perspectiva ao afirmar que

[...] no Haiti, a imprensa e os correspondentes estrangeiros, principalmente, estão ali para passar ao resto do mundo a ideia de desorganização, e eles não só transmitem essa ideia, como exageram para valorizar o seu próprio trabalho. Entretanto, isso prejudica o país, pois propaga a imagem de que o Haiti está em situação de insegurança crônica e que ninguém pode fazer nada lá por não conseguir andar nas ruas devido à falta de segurança, o que é uma inverdade.

Observa-se, conforme alertou Heleno – corroborando as perspectivas apontadas por Joinet (2005) e Scaramal (2006) – certa disposição por parte da imprensa em carregar ainda mais os tons desse quadro: “muitos interlocutores nacionais e internacionais faziam referência ao negativismo e ao sensacionalismo dos meios de difusão do Haiti.” (ONU, 2005, p. 19). Acreditamos que tanto a “cultura/síndrome do rumor”, apontada por Joinet (2005), quanto a ideia passada pelos “correspondentes

estrangeiros” de que falava Heleno (2005), longe de constituírem simples casos, representam a manifestação da tradição que aqui buscamos desvelar.

A espetacularização do drama haitiano constituía, nos anos que se seguiram à ocupação, fator que inibia a aproximação daqueles que poderiam contribuir para amenizar o drama vivido pela população, ao mesmo tempo que favorecia quem dela se beneficiava. Ao serem discutidas alternativas para o desenvolvimento social econômico do Haiti, um grupo de empresários haitianos/ estrangeiros “insistiram especialmente na necessidade de melhorar a imagem negativa do Haiti no exterior e de apresentá-lo sob uma luz mais favorável [...]” (ONU, 2009, p. 12), o que demonstra o poder dessas representações na conformação das representações e, logo, das identidades haitianas. A partir dos trechos apresentados, podemos depreender a existência de uma tendência em se reforçar ou perpetuar essa imagem negativa do Haiti, retratando-o como um Estado em permanente anarquia e caos, corroborando as assertivas de Heleno acerca do direcionamento dado pela imprensa às notícias veiculadas sobre o Haiti, que privilegiariam os seus aspectos negativos, potencializando-os e, sobretudo, da permanência de um determinado discurso, anti-haitinista.

Outro momento ímpar da ocupação, e do paroxismo desses discursos, marcado por uma das maiores tragédias naturais, se não a maior, das últimas décadas a nível mundial, foi o sismo ocorrido em 12 de janeiro de 2010. O abalo destruiu ou comprometeu seriamente a já quase inexistente infraestrutura do país. Prédios públicos, dentre os quais o Palácio Nacional, um dos símbolos do país, vieram abaixo. Cerca de duzentas e trinta mil vidas foram tragadas pelo terremoto. Um quadro de horror bastante apropriado para a espetacularização midiática: mais um espetáculo daquilo que a mídia transformou no circo dos horrores do Caribe. Não tarda para que os discursos veiculados pela imprensa mundial acerca do fato sejam tomados por um sensacionalismo deplorável, apresentando artigos e reportagens pouco factíveis e completamente destituídos de historicidade, que fazem emergir, dos escombros deixados pelo sismo e com uma força incomum, os estigmas herdados de um passado marcado pelo racismo e pelo colonialismo exacerbado.

O sismo não só destruiu o pouco que havia sido construído, mas trouxe de volta toda a força de um discurso latente. A tragédia – com todos os seus desdobramentos – reacendeu não só a comisseração da comunidade

<sup>21</sup> O brasileiro Augusto Heleno Ribeiro Pereira, General-de-Exército do Exército Brasileiro, nomeado o primeiro *Forcer Commander* (uma espécie de Comandante Geral do componente militar) das forças militares que atuaram no Haiti após o estabelecimento da MINUSTAH. Exerceu essa função no período compreendido entre junho de 2004 e setembro de 2005.



internacional para com o país, mas também, e de maneira ainda mais contundente, a abjeção potencializada por um discurso que, como tentamos demonstrar durante todo o nosso trabalho, coloca o haitiano no limiar da condição humana. As aproximações da natureza desses discursos, bem como as permanências observadas, evidenciam a existência de uma determinada tradição que teima em não silenciar e que coloca o povo haitiano como contraponto da identidade que o outro busca estabelecer para si mesmo.

O outro, branco, civilizado e dotado de capacidades que o haitiano ‘não possui’, enfatiza neste apenas o que, por outro lado, lhe confere uma superioridade aparentemente natural, “a identidade”, como afirmou Silva (2009, p. 80). É essa imagem que, (re)produzida desde os tempos coloniais, orienta os discursos produzidos acerca do Haiti: um país de negros incapazes, débil, caótico e totalmente dependente da ajuda internacional. Como afirmou Schwartzman (2010, p. *on-line*), “No Brasil, [e não só aqui] Haiti virou sinônimo de miséria e das piores mazelas da pobreza. Na França, designações comuns para o país caribenho incluem ‘nação patética’ e ‘pedaço da África perdido no meio das Américas’.

A MINUSTAH permanece, ainda hoje, em solo haitiano, sem previsão para deixar o país. O período pós-terremoto trouxe outras, e novas, dificuldades para o trabalho dos *peacekeepers* da ONU. Em junho de 2014, a intervenção da MINUSTAH completou uma década. Se computadas todas as intervenções onuseanas, lá se vão mais de duas décadas. As viaturas blindadas da ONU já não causam estranheza à juventude haitiana, uma geração genuinamente *peacekeeper*<sup>22</sup>. A simples presença de uma força interventora no país contribui, certamente, para que os motes anti-haitianistas se perpetuem, estabelecendo, ainda que de maneira pouco precisa, os contornos de uma tradição de identidade haitiana.

## Referências

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de Estado*. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ABDALA JÚNIOR, Benjamin. *Fronteiras múltiplas, identidades plurais: um ensaio sobre mestiçagem e hibridismo cultural*. São Paulo: SENAC, 2002.

BALAGUER, Joaquín. *La realidad dominicana: semblanza de un país y de su régimen*. Buenos Aires: Ferrari Hermanos, 1947.

BALAGUER, Joaquín. *La isla al revés: Haiti y el destino dominicano*. Santo Domingo: Corripio, 1993.

BATTLE, Manuel Arturo Peña. *Orígenes del Estado Haitian*. Trujillo: Montalvo, 1954.

BHABHA, Homi K. *Interrogando a identidade: Franz Fanon e a prerrogativa pós colonial*. In: \_\_\_\_\_. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2003. p. 70-104.

BOLL, Maria Amália Azevedo; BONNICI, Thomas. O preconceito racial e a fragmentação do sujeito em ‘Uma margem distante’, de Caryl Phillips. *Revista Fragmentos*, Florianópolis, n. 33, p. 83-96, jul./dez. 2007.

BRUIT, Héctor Hernan. *América Latina: quinhentos anos entre a resistência e a revolução*. *Rev. Brás. Hist*, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 147-171, mar. /ago. 1991.

CASTOR, Suzy. *La ocupación norteamericana de Haiti y sus consecuencias 1915-1934*. Ciudad de México : Casa de las Américas, 1971.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

COUTINHO, Eduardo F. Mestiçagem e multiculturalismo na construção da identidade cultural latino-americana. *Revista Biblioteca Mário de Andrade*, São Paulo, v. 58, p. 244-275, jan./dez. 2000.

DERBYS, Robin L. H.; TURITS, Richard. Historias de terror y los terrores de la historia: la masacre haitiana de 1937 en la Republica Dominicana. *Estudios Sociales*, Santo Domingo, ano 26, n. 92, p. 65-76, abr./jun 1993. Disponível em: <[http://www.sscnet.ucla.edu/history/derby/derby\\_historiads\\_terror.pdf](http://www.sscnet.ucla.edu/history/derby/derby_historiads_terror.pdf)>. Acesso em: 17 ago. 2014.

ÉTIENNE, Sauveur Pierre. *Lénigme haïtienne. Échec de l’État moderne en Haïti*. Montréal: Les Presses de L’Université de Montréal, 2007.

FANON, Frantz. *Black skin, white masks*. London: MacGibbon and Kee, 1968.

FERNANDES, Cleudemar A. *Discurso e sujeito em Michel Foucault*. São Paulo: Intermeios, 2012.

GATES JÚNIOR, Henry Louis. *Os negros na América Latina*. Tradução de Donaldson M. Garschagen. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

GODOY, Sonia Maria Saura de. Pós-colonialismo e identidade: aspectos do jogo de poder. *Revista de Letras*, São Paulo, v. 43, n. 1, p. 97-111, jan./jun. 2003.

<sup>22</sup> Militares a serviço da ONU.

HURBON, Laënnec. *El bárbaro imaginario*. Tradução de Jorge Padín Videla. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

JOHNSON, James Weldon. *Self-Determining Haiti*. New York: The Nation, Inc., 1920. Disponível em: <<http://haiti-now.org/wp-content/uploads/2012/08/Self-determining-Haiti-c1920-James-Weldon-Johnson-The-National-Association-For-the-Advancement-Of-Colored-People.pdf>>. Acesso em: 28 out. 2014.

JOINET, Louis. *Informe apresentado pelo especialista independente Sr. Louis Joinet, em 24 de janeiro de 2005*. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho Econômico e Social. E/CN.4/2005/123, 2005. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/G05/104/45/PDF/G0510445.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 8 out. 2009.

LEYBURN, James G. *El pueblo haitiano*. Santo Domingo: Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. *Gênese dos discursos*. Tradução de Sírio Possenti. São Paulo: Parábola, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. S/2005/302, *Informe sobre a missão do Conselho de Segurança no Haiti, 13 a 16 de abril de 2005*. Disponível em: <<http://daccessdds.un.org/doc/UNDOC/GEN/N05/322/22/PDF/N0532222.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 6 out. 2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Conselho de Segurança. S/2009/175, de 03 de abril de 2009. *Informe da missão de segurança ao Haiti, 11 a 14 de marzo de 2009*. p. 12. Disponível em: <<http://www.securitycouncilreport.org/atf/cf/%7B65BFCF9B-6D27-4E9C-8CD3-CF6E4FF96FF9%7D/Haiti%20S%202009%20175.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2009.

PATTEE, Ricardo. *Haití: pueblo afroantillano*. 2. ed. Santo Domingo: Sociedad Dominicana de Bibliófilos, 2008.

PEREIRA, Augusto Heleno Ribeiro. Palestra “Operação de Paz no Haiti”. Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Brasília: outubro de 2005. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/gsi/SAEI/paginas/operacaodepaznohaiti.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2009.

PONS, Frank Moya. *Antihaitianismo histórico y antihaitianismo de Estado*. Diario Libre, Santo Domingo, 5 dez. 2009, Lecturas, historia y memoria. Disponível em: <[http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/05/i226089\\_antihaitianismo-historico-antihaitianismo-estado.html](http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/05/i226089_antihaitianismo-historico-antihaitianismo-estado.html)>. Acesso em: 19 ago. 2014.

PONS, Frank Moya. *Antihaitianismo de Estado*. Diario Libre, Santo Domingo, 12 dez. 2009. Lecturas, historia y memoria. Disponível em: <[http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/12/i227038\\_antihaitianismo-estado.html](http://www.diariolibre.com/noticias/2009/12/12/i227038_antihaitianismo-estado.html)>. Acesso em: 20 ago. 2014.

PIERRE-CHARLES, Gerard. Haiti (1930-1975): a crise ininterrupta. In: CASANOVA, Pablo Gonzalez (Org.). *América Latina: história de meio século*. Brasília: Universidade de Brasília, 1990.

SANTANA, Márcio Antônio de. *Literatura e construção da comunidade imaginada Haitiana: uma leitura de Jacques Stephen Alexis e Jacques Roumain (1915-1917)*. 2003. 178 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2003.

SANTOS, Melody Fonseca. *Discursos ideológicos y construcción del otro haitiano: las intervenciones militares de Estados Unidos en Haití durante el siglo XX*. Asociación Histórica Contemporánea. Actas Encuentro Jovenes Investigadores. Instituto Valentín Foronda, 2012. Disponível em: <<http://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4721853>>. Acesso em: 20 out. 2014.

SCARAMAL, Eliesse dos Santos Teixeira. *Haiti: fenomenologia de uma barbárie*. Goiânia: Canône, 2006.

SCHWARTSMAN, Hélio. Graças ao açúcar, “pedaço da África” já foi uma “pérola”. *Folha de São Paulo*, Folhaonline, São Paulo, 14 jan. 2010. Mundo. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mundo/ft1401201013.htm>>. Acesso em: 19 abr. 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2009.

SPENSER, Buckingham St. John. *Hayti or the Black Republic*. New York: Scribner & Welfort, 1889. Disponível em: <[www.archive.org/details/cu31924021174564](http://www.archive.org/details/cu31924021174564)>. Acesso em: 8 set. 2014.

STEIN, Stanley; STEIN, Barbara. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. Tradução José Fernandes Dias. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

TORRES-SAILLANT, Silvio. El anti-haitianismo como ideología occidental. *Cuadernos Inter.c.a.mbio sobre Centroamérica y el Caribe*, San José, año 9, n. 10, p. 15-48, 2012. Disponível em: <<http://revistas.ucr.ac.cr/index.php/intercambio/article/view/2973>>. Acesso em: 5 maio 2014.

WOODING, Bridget. El impacto del terremoto en haití sobre la inmigración haitiana en República Dominicana. *América Latina Hoy*, Universidad de Salamanca España, v. 56, p. 111-129, diciembre 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=30816743006>>. Acesso em: 23 dez. 2014.

YRI, Jørgen. *El bárbaro vago y la isla indivisible: la representación de lo haitiano en la oficialidad dominicana ejemplificada por la lectura de El ocaso de la nación dominicana y La isla al revés – Haití y el destino dominicano*. 2008. 135 f. Dissertação (Mestrado em História) - Institutt for Fremmedspråk Universitet i Bergen, Høsten, 2008.